

UNIDADE 7 – 20/09/2017

**ESCOLA E AÇÕES AFIRMATIVAS: HISTÓRIAS E CULTURAS
AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS**

*Jaime Pacheco dos Santos **

O ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras (no plural, tendo em vista a diversidade de etnias africanas que povoaram o Brasil e o legado que ofereceram) vem recebendo uma gradual atenção das escolas brasileiras desde a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determinou a obrigatoriedade dessas temáticas nos currículos da Educação Básica. Foi preciso alterar a LDB, isto é, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

No ano seguinte, em 2004, o Conselho Federal de Educação formalizou a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN). Por disporem de dimensões normativas, embora não fechadas, as Diretrizes Curriculares Nacionais podem ser, também, norteadoras de caminhos. Não objetivam a organização de ações uniformes, mas oferecer referências e critérios para a implementação de ações, a fim de que sejam avaliadas e replanejadas no que e quando necessário.

Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.645/2008, que manteve a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” nos currículos e a estendeu à temática “História e Cultura dos Povos Indígenas”.

A referência do professor André Luiz Coutinho Gomes às duas leis acima mencionadas denota um conhecimento de seus postulados. Esse conhecimento contribui para que os debates em torno do exercício pleno da cidadania, dos direitos humanos e da dignidade humana permaneçam bastante atuais, ao buscarmos sua expressão verdadeira frente ao lugar que as populações negras e os povos indígenas ocupam na sociedade brasileira.

A historiografia colonial legou uma imagem da África subsaariana repleta de estereótipos que permanecem, ainda hoje, no imaginário coletivo da população mundial. Muitos estudiosos consideram o Deserto do Saara um divisor natural dos territórios africanos. As áreas situadas ao norte, acima desse deserto, são chamadas de África Árabe ou África Branca. E as regiões situadas

UNIDADE 7 – 20/09/2017

abaixo do Saara integram a África Subsaariana. E, por reunir ali a maior parte das populações negras, também é conhecida como África Negra.

Um breve recuo no *espaçotempo* correspondente ao Brasil de fins do século XIX e início do século XX nos auxilia a compreender o cientificismo que produziu as premissas do conceito de raça – e do racismo, um fenômeno global – que foi sendo formulado para legitimar processos de diferenciação entre os grupos humanos, instituindo uma hierarquia entre eles, forjando, nos escritos de intelectuais desse período, as ideias que se esforçavam por naturalizar a inferioridade do ser negro no Brasil.

A presença das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, assim como da Educação para as Relações Étnico-Raciais, no currículo escolar tem contribuído para dar visibilidade a pessoas, a grupos, a ritmos, para valorizar a memória de setores sociais até então negligenciados e, principalmente, para o reconhecimento das identidades e das culturas negras. E permite que se divulguem várias expressões artísticas, e, sobretudo, permite aproximar a comunidade escolar de manifestações culturais marcadas por influências que nos remetem ao continente africano. Esses temas propiciam diferentes ações pedagógicas, inclusive o trabalho com a história local, o que promove a história do bairro e de seus alunos. E mais: contribui para o conhecimento da história das associações e outras entidades que se alinham com as demandas apresentadas pelas populações afrodescendentes e se identificam enquanto organizações negras. Servem como exemplos as associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, irmandades religiosas e assistenciais. E o viés histórico auxilia a identificar as permanências e descontinuidades dessas influências nessas culturas e, ao mesmo tempo, na história e cultura brasileiras.

Uma série de práticas culturais, no Brasil e na América, teria sua *gênese* no continente africano. As historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu (2006), num trabalho em que analisaram o texto das DCN, chamam a atenção do leitor para como *“é importante discutir os significados dessas continuidades e apropriações políticas. Não só das continuidades, já que não é possível pensar a permanência de uma cultura apenas africana (e/ou negra) nas Américas”*. Com isso querem dizer que, por outro lado, *“também é importante pensar as descontinuidades”*, ou seja, o que os afrodescendentes *“fazem (ou fizeram) no Brasil que não se encontra na África”*.

Testemunhas oculares registraram, no passado, informações de uma África positiva, distante das descrições atuais, marcadas por atributos negativos como a fome, o atraso, as doenças endêmicas, as guerras e a miséria. Viajantes e comerciantes árabes, citados por Munanga (2009), descreveram uma África original, durante os seus deslocamentos pela África ocidental ao longo dos

UNIDADE 7 – 20/09/2017

séculos IX e XI. Também os portugueses dispõem de depoimentos afirmativos ao longo do século XV, quando investiam na navegação e seguiam cada vez mais em direção a territórios situados no litoral sul do continente.

A ação do professor André demandou um conhecimento prévio sobre diferentes questões: o que é o jongo, a sua história, o ritmo, o uso dos atabaques, as cantigas, o dançar. E mais: a inserção no seu planejamento; como o tema dialoga com o currículo de História, com os seus objetivos e habilidades correlatas ao conteúdo tratado; como interage com as outras disciplinas e, ainda, como oferecer tais conhecimentos aos alunos.

O jongo, como tema que expressa uma dimensão da cultura afro-brasileira, possibilita a emergência de temas correlatos: o Brasil enquanto uma sociedade multicultural e pluriétnica; o investimento na autoestima de adolescentes negros e suas famílias; o entendimento e o respeito às diferenças; a diversidade e a pluralidade étnica e cultural brasileiras; as questões associadas à tolerância; a riqueza de expressões da cultura brasileira, marcadas por referências civilizatórias africanas.

Em trabalhos dessa natureza, os alunos são protagonistas na construção desse saber: eles aprendem muito, inclusive, a dançar, precisam conhecer as cantigas, tocam os diferentes atabaques, o que requer muitos aprendizados. Em algumas comunidades espalhadas pela Região Sudeste e em nosso estado, o jongo atua como um fator de integração e colabora na construção de identidades e na reafirmação de valores comuns.

Como saber mais? No caso do professor, lendo, pesquisando, frequentando os encontros de sambas de roda, as rodas de jongo, conversar/aprender com os jongueiros da comunidade local e dos demais territórios onde o jongo está presente. No caso dos alunos, despojando-se para o novo. Dispor do que já sabe e lidar com o que vai conhecer. Ler, pesquisar, perceber o que está aprendendo sobre essa expressão da cultura brasileira, narrar, valorizar a sua oralidade, desenvolver a escrita, fazendo menção a essas descobertas. Aqui temos alguns procedimentos possíveis e que auxiliam a promover ações educativas em que as raízes africanas são valorizadas, de modo a lhes conferir um status positivo. As escolas são importantes espaços de promoção de ações afirmativas. Ações como as realizadas por esse professor de História na E.M. Ceará e em outras unidades de ensino auxiliam a promover o conceito de ações afirmativas, podem oferecer uma resposta, na área da Educação, a demandas da população afrodescendente e podem viabilizar a adoção de programas de ações afirmativas, também nas escolas. Ou seja, programas que se ocupam de promover *reparações* de perdas historicamente acumuladas, como também de

UNIDADE 7 – 20/09/2017

reconhecimento e valorização das histórias de negros e negras brasileiras, de suas culturas e de suas identidades.

As ações afirmativas também colaboram no combate ao racismo e às discriminações que atingem, mais precisamente, os negros. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais encontramos a recomendação para que se divulguem e se produzam “conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma sociedade democrática...” (BRASIL. MEC/SEPP/IR, 2004:10).

Essas ações desencadeiam comportamentos novos e positivos de reconhecimento da presença negra em diferentes dimensões da realidade brasileira. O universo histórico-cultural contribui para que as pessoas se identifiquem consigo mesmas e possam reconhecer seus diferentes pertencimentos: étnico, cultural, civilizatório, temporal, espacial, profissional, espiritual, entre outros...

Ao mesmo tempo, as iniciativas que valorizam a história e a cultura dos afro-brasileiros e africanos auxiliam a desconstruir o mito da democracia racial, considerando que, por muito tempo, esse falso conceito dificultou a abordagem das questões associadas ao preconceito e à discriminação racial na sociedade brasileira. O conceito de reconhecimento, na perspectiva das ações afirmativas, no âmbito dos projetos político-pedagógicos, implica adotar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade; em questionar relações étnico-raciais fundadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos; em valorizar, respeitar e divulgar os processos históricos de resistência negra iniciada pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na atualidade. Implica, também, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de ofensa e desqualificação ao longo da formação social brasileira.

Voltando ao estudo sobre as DCN, Abreu e Mattos, quando se referem às instituições culturais locais que se ocupam da cultura negra ou afro-brasileira, recomendam que *“o foco do trabalho escolar sobre essas associações pode se colocar sobre a sua historicidade, destacando exatamente o processo histórico de construção da identidade negra do grupo e as diversas matrizes culturais por ele acionadas”*. De modo que os estudantes *“podem reconhecer, de forma prática, que tradições e experiências confluíram para definir, hoje, a identidade negra dos grupos estudados”*.

UNIDADE 7 – 20/09/2017

Diferentemente do projeto em foco, encontramos trabalhos que fazem uso de dança ou música de matriz africana em que se percebe um sentimento de valorização do tradicional como algo intocável, que resiste a mudanças. Por isso, se distanciam do trabalho do professor André Luiz, que demonstra, com suas aulas, que manifestações como o jongo dispõem de uma história, necessitando de um tempo e de lugar para acontecerem. E é fundamental que isso seja destacado – o processo histórico – por todo professor, para que se evite o risco de *“mumificar tais manifestações no trabalho em sala de aula, com resultados contrários aos [recomendados pelas] ‘Diretrizes’ aprovadas. (...) Essa abordagem pode se fazer associada a grupos e associações que desenvolvem essas manifestações hoje, de forma que elas sejam percebidas como manifestações culturais vivas, ligadas a lutas políticas e sociais atuais e, portanto, sujeitas a transformações”* (idem, 2006). Além da própria sala da aula da E.M. Ceará, onde o jongo vem se desenvolvendo, temos o exemplo da Casa do Jongo da Serrinha¹, em Madureira, espaço de divulgação e expressão viva dessa manifestação cultural. O jongo recebeu o título de Patrimônio Imaterial, atribuído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, em 2005.

A diáspora africana, da qual o Brasil é parte integrante, colaborou para distribuir as populações retiradas da África – após perderem a sua liberdade – para serem escravizadas na Europa, na América e na Ásia. E, de modo a reduzir os seus direitos nos países onde se instalaram, foram sendo formulados argumentos que foram consolidando o racismo. No mundo colonizado, ele depreciou as majorias, e no mundo do colonizador, o racismo tratou de marginalizar as minorias.

** Graduado em História, mestre em Educação pela Uerj
Integra o Programa Rio-Escola Sem Preconceito
Assistente I da Coordenadoria de Educação – E/SUBE/CED*

¹ <http://jongodaserrinha.org/>

INTERAÇÕES

PEDAGÓGICAS

MÓDULO 6º AO 9º ANO

UNIDADE 7 – 20/09/2017

Referências bibliográficas:

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Subsídios para uma leitura crítica dos PCNs e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Belo Horizonte: Cefor/PUC-Minas, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, out. 2004.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

História do jongo e o jongo da Serrinha. Disponível em: <<http://jongodaserrinha.org/historia-do-jongo-no-brasil/>>. Acesso em: 11 setembro 2017.